

Fazenda Boa Esperança mostra riqueza arquitetônica e preciosidades, como obras atribuídas a Mestre Ataíde

_____ páginas 11



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

Entrevista: Especialista em barroco, Myriam Ribeiro de Oliveira fala sobre sua trajetória profissional

_____ páginas 06 e 07



Igreja de Nossa Senhora do Amparo, em Minas Novas, é reaberta após completa restauração

_____ página 03

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...

CONEP aprova nova deliberação para o ICMS Patrimônio Cultural

Na primeira reunião extraordinária de 2009 do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, realizada no dia 30 de junho, foram deliberadas duas ações que significam mais um passo na consolidação de políticas patrimoniais.

Após debates, de forma participativa e democrática envolvendo todos os conselheiros, foram analisadas as propostas apresentadas pelo conselheiro Carlos Rangel, e passou-se à etapa de revisão e aprovação da Nova Deliberação, que passa a vigorar para o ICMS Patrimônio Cultural, apresentando alterações de datas e novos critérios de pontuação. O Iepha/MG, por meio da Diretoria de Promoção, em breve estará encaminhando aos municípios as informações e disponibilizando em seu site www.iepha.mg.gov.br o documento completo. Portanto, os municípios devem ficar atentos para os novos procedimentos necessários para a consolidação dos documentos, cuja entrega deverá ocorrer até 15 de janeiro de 2010.

Outra deliberação - que teve como suporte o dossiê de tombamento elaborado pela Diretoria de Preservação e Memória do Iepha/MG, e com parecer favorável da conselheira Celina Borges Lemos - foi a aprovação, por unanimidade, do tombamento definitivo da Casa JK, consolidando as ações de preservação do Conjunto Urbano da Lagoa da Pampulha. A residência, de propriedade do município de Belo Horizonte, está em fase final de restauração e adequação para se transformar em um novo espaço cultural pela Fundação Municipal de Cultura.

Este número o Bem Informado traz ainda o sintético e curioso artigo da historiadora do Iepha/MG, Vânia Leite Rocha, que mostra os intrincados caminhos de um ex-voto desde Congonhas até a polêmica conclusão nos anos de 1970.

O bem tombado divulgado é a Fazenda Boa Esperança em Belo Vale, propriedade do Governo de Minas, para a qual a Diretoria de Conservação e Restauro elabora estudos, visando uma melhor fruição pelos diferentes públicos que o acessam. Para uma adequada agenda de visitas, uma nova parceria do Instituto com a Prefeitura de Belo Vale está sendo apreciada.

O artigo destacando questões pertinentes à organização e proteção de arquivos vem em bom momento. A Secretaria Estadual de Cultura lançou a "Campanha de Sensibilização para Criação de Arquivos Municipais", por meio do Fundo Estadual de Cultura e do Arquivo Público Mineiro. A iniciativa fundamenta-se em duas linhas: apoio direto aos arquivos e apoio com recursos financeiros a projetos de caráter arquivístico.

Concluindo, a entrevista do mês é com Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, que iniciou carreira neste Instituto, e hoje é uma das mais respeitadas historiadoras do barroco. Ela nos conta um pouco de sua trajetória profissional, e o conhecimento construído através do tempo, que muito tem contribuído para as ações em prol da preservação do Patrimônio Cultural, em diversificadas instâncias.

Uma boa leitura a todos.

Carlos Roberto Noronha
Presidente

Igreja de Lobo Leite é restaurada



Divulgação

Após dois anos e meio fechada, a Igreja de Nossa Senhora da Soledade, em Lobo Leite, distrito de Congonhas do Campo, foi devolvida à comunidade no último dia 6 de julho. Construída no século XVIII e tombada pelo Iepha/MG em março de 1978, a igreja foi restaurada pela Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop), por meio de parceria celebrada com a Gerdau/Açominas, através da Lei Estadual de Incentivo à Cultura.

Segundo Carla Santana, coordenadora do Núcleo de Conservação e Restauração da Faop, toda a estrutura da igreja estava comprometida. "Conseguimos em dois anos e meio, através de um procedimento minucioso, restabelecer toda a estrutura e elementos que integram a igreja", informa.

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Paulo Brant

Secretária adjunta: Sylvana Pessoa

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Cynthia Lanna de Miranda

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição e textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP) e Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)

Diagramação: Daniella Melo Jardim

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.500 exemplares - Periodicidade: mensal



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Restaurada pelo Iepha, igreja em Minas Novas é reaberta

No dia 09 deste mês, a recém-restaurada Igreja de Nossa Senhora do Amparo foi reaberta com grande festa para a população do município de Minas Novas, no Vale do Jequitinhonha. Os trabalhos de restauração civil e de elementos artísticos duraram um ano e meio e foram totalmente realizados com verbas estaduais, a partir do orçamento do Iepha. O órgão também foi responsável pelo projeto arquitetônico para a restauração, além de acompanhamento e fiscalização de todo o trabalho.

Cerca de R\$ 650 mil garantiram obras de recuperação do madeiramento, dos arcos laterais e do adro, além de estabilização completa da infra-estrutura do prédio, que se encontrava em péssima situação. Outros R\$ 370 mil foram investidos na recuperação de elementos artísticos como entalhes, imagens e pinturas decorativas.

De acordo com a gerente de Elementos Artísticos do Iepha, Yukie Watanabe, apesar de apresentar aspecto externo razoável, grande parte das peças estava em avançado estado de corrosão por cupins internamente. “Os entalhes estavam praticamente só na casca, assim como os anjos do coroamento, o retábulo e as colunas, que estavam bastante ocas”. O sacrário, de acordo com Yukie, tinha a situação mais grave. A peça estava carbonizada por dentro e sua recuperação demandou diferentes técnicas e muita atenção.

Para o secretário de Cultura de Minas Novas, Leonardo Sena, a restauração da igreja significa valorização do acervo histórico do município que, apesar de pequeno, tem grande importância histórica. “Acredito que a revitalização será importante para que a própria comunidade possa reconhecer sua identidade e seu valor e se sensibilize quanto à conservação do nosso patrimônio local como um todo”, avalia.



▲ Prospecções mostraram importante pintura sob camadas de tinta



Fotos: Acervo Iepha/MG

▲ Recuperada, pintura decorativa no forro é agora um dos destaques da igreja

| Surpresa

Durante o trabalho de restauração, uma surpresa. Por baixo de camadas de tinta, foi encontrada uma importante pintura decorativa em perspectiva no forro da capela-mor, agora inteiramente restaurada. Segundo Yukie Watanabe, a pintura tem boa qualidade artística e histórica e é, possivelmente, original da construção. “A recuperação desta pintura foi um trabalho bastante elaborado, já que tínhamos ali perda de mais de 60% das tábuas. Mas o resultado final ficou muito bom e a pintura valorizou demais o conjunto como um todo. Ela realmente coroou a restauração”, conta.

A construção da Igreja de Nossa Senhora do Amparo foi financiada pela Irmandade dos Homens Pardos de Minas Novas, possivelmente na segunda metade do século XVIII. A edificação segue o partido tradicional das matrizes mineiras de primeira fase, com divisão em nave, capela-mor, corredores-sacristias laterais e duas torres delimitando a fachada. As arcadas internas, elemento bastante usual nas igrejas da região, ligam a nave e capela-mor aos corredores laterais, gerando um espaço maior no interior dos prédios.

A Igreja de Nossa Senhora do Amparo constitui parte do conjunto, ainda existente, característico do início da ocupação da antiga Vila do Fanado.

Por dentro do Iepha

Dando continuidade ao Programa de Educação Patrimonial com alunos das escolas tombadas de Belo Horizonte, a Gerência de Difusão (GDF) do Iepha/MG promoveu uma série de visitas guiadas com os estudantes nos meses de junho e julho. O passeio, que começava nas próprias escolas, passava por casarões antigos da capital e monumentos como a Catedral da Boa Viagem e a Praça da Liberdade até chegar ao prédio do Instituto. Participaram da iniciativa as escolas estaduais Afonso Pena, Instituto de Educação, Ordem e Progresso, Pedro II, Barão do Rio Branco, Barão de Macaúbas e Olegário Maciel.

O Programa teve início em 2008, com a capacitação dos professores para desenvolver trabalhos com os alunos sobre a importância de se preservar o patrimônio histórico. Este ano, a proposta foi trabalhar diretamente com os alunos, transformando-os em agentes culturais.

A direção de cada escola indicou cerca de 20 alunos, de idades variadas, para serem capacitados em encontros mensais com os técnicos da GDF. "O projeto chegou em excelente hora, pois acontecem muitos problemas de depredação na nossa escola", relatam Sarah Alvim Lima, 14 anos, Nilayne Thais Ferreira, 11 anos, Gregore Pereira Paixão, 13 anos, e Gabriel Sampaio Rodrigues, 13 anos, da Escola Estadual Afonso Pena.

Para os colegas Luiz Antônio de Souza e Rasmeyne Olenca Marques, ambos de 11 anos, da escola Barão do Rio Branco, com o que aprenderam poderão impedir o vandalismo, ensinando outros colegas sobre a importância da preservação.



▲ Ateliê do Iepha encanta alunos de escolas tombadas

A conclusão do projeto está prevista para 17 de setembro (dia do patrimônio) com uma passeata cultural, saindo das escolas até a Praça da Liberdade.

Por que restaurar documentos?



▲ Documento deteriorado por condições ambientais desfavoráveis

Quando não há uma política eficiente de conservação preventiva de acervos, os documentos atingem um alto grau de degradação e, como consequência, seu manuseio se torna inviável. Para que se tornem novamente acessíveis, é preciso submetê-los a procedimentos de restauração que, na maioria das vezes, são bastante dispendiosos e necessitam de profissionais especializados.

Define-se por restauração: "um conjunto de medidas que objetivam a estabilização ou a reversão de danos físicos ou químicos adquiridos pelo documento ao longo do tempo e do uso, intervindo de modo a não comprometer sua integridade e seu caráter histórico."

Os critérios para seleção dos documentos a serem restaurados devem ser estabelecidos por uma comissão interdisciplinar de avaliação de documentos.

O processo de restauração é precedido por alguns passos importantes que facilitarão o desenvolvimento dos procedimentos posteriores. São eles:

- Fazer um exame atento e minucioso do estado geral do material;
- Fichar o documento descrevendo detalhadamente suas características e seu estado de conservação;
- Realizar a limpeza mecânica levando em conta o estado de conservação do documento;
- Realizar os testes de resistência das tintas e do papel em caso de procedimentos que o exijam, por exemplo, processos em meio aquoso;
- Registrar em fotografias todos os passos dos procedimentos (antes, durante e depois).

Tomadas essas providências, o documento poderá ser restaurado conforme técnicas específicas, entendidas como um conjunto de métodos que visa recuperar, o máximo possível, o estado original do documento, destacando-se, dentre elas, as seguintes:

- Limpeza mecânica com trinças macias;
- Limpeza aquosa com produtos apropriados;
- Desacidificação: tratamento que é feito normalmente em meio aquoso, para eliminação da acidez do papel;
- Recuperação de partes faltantes do suporte por meio de papéis apropriados e gramaturas aproximadas e uso de colas reversíveis cuja composição química não seja capaz de interagir negativamente com o documento;
- Planificação: técnica utilizada em documentos dobrados, enrolados ou enrugados, devido a um acondicionamento incorreto. A planificação permite que o documento possa ser manuseado sem que suas fibras sejam tensionadas.

Nunca é demais ressaltar que a restauração de documentos é um processo caro, lento, que exige um laboratório próprio e profissionais especializados, com conhecimento técnico-científico do restauro e do princípio da reversibilidade das intervenções. Este princípio consiste na possibilidade de a qualquer momento, com o surgimento de novas técnicas restauradoras, o trabalho ser refeito.

ICMS Cultural terá novas regras em 2010

Começam a valer já no próximo ano uma série de mudanças e novos critérios de pontuação para os municípios que pleitearão recursos pelo ICMS Patrimônio Cultural junto ao Iepha/MG. As alterações foram votadas e aprovadas por unanimidade pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep) em reunião extraordinária no último dia 30/06.

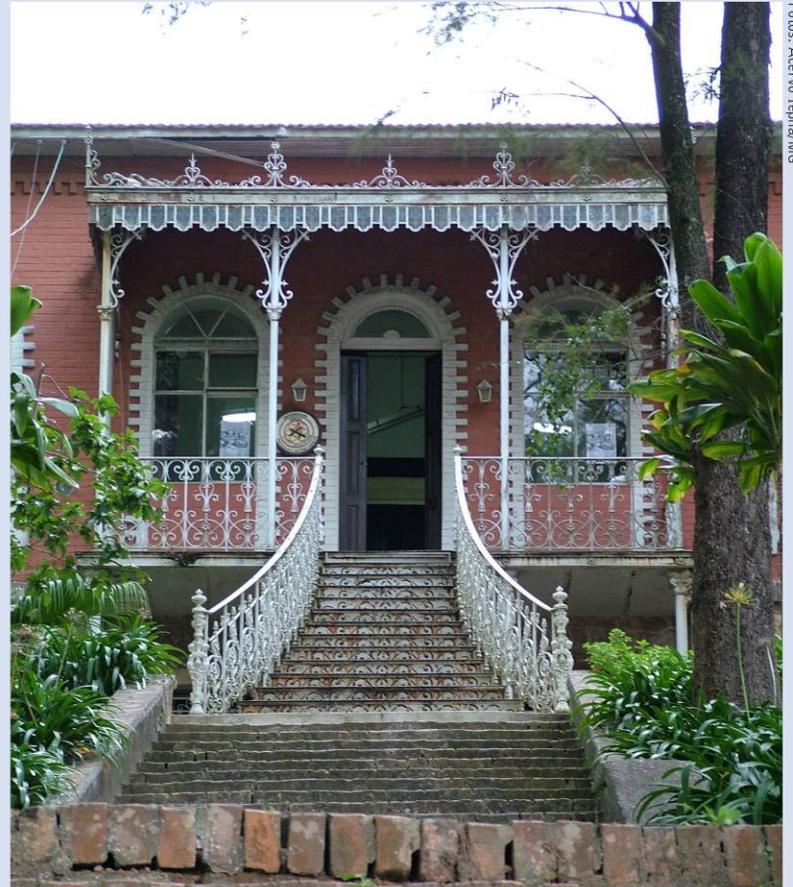
Dentre as principais novidades está a mudança das datas de entrega da documentação e divulgação da pontuação provisória e definitiva. Até este ano, os municípios tinham até o dia 15/04 para enviar ao Iepha os formulários e documentos complementares, e o órgão divulgava a pontuação parcial em outubro e a final em dezembro, o que garantia um prazo de 40 dias para possível recurso. Agora, a data final para envio será sempre 15/01. A pontuação provisória será divulgada já em 20/6, e o resultado definitivo sai no dia 20/07. Como o prazo para recurso cairá para 10 dias, uma forma de agilizar a elaboração e envio de justificativas pelos municípios será a disponibilização, no site do Iepha, de detalhes da avaliação e pontuação provisória de cada município no mesmo dia de sua divulgação.

Outro destaque será a atribuição, inédita, de pontuação específica para a realização de inventários e projetos de educação patrimonial pelo município, além da manutenção de aparelhos culturais públicos, como museus, arquivos e bibliotecas. A proteção de bens culturais imateriais (como manifestações ou saberes típicos) também passa agora a ser reconhecida e pontuada, sejam eles registrados em âmbito municipal, estadual ou federal.

A deliberação deve ainda incentivar maiores investimentos no setor, uma vez que passa a premiar a criação, a manutenção de fundos municipais de preservação



▲ Igreja São Francisco de Assis em Ouro Preto. Cidade recebeu uma das maiores pontuações no último ano



▲ Reitoria da Faculdade de Medicina de Barbacena. Município participa do ICMS desde o primeiro ano

do patrimônio cultural, e o planejamento de ações específicas de salvaguarda do patrimônio cultural tombado, bem como aos municípios que destinarem ao fundo recurso mínimo equivalente a 50% dos repasses do ICMS Cultural, para projetos e ações ligados a bens culturais protegidos.

Para o diretor de Promoção do Iepha, Carlos Henrique Rangel, as mudanças são um avanço pelo reconhecimento de outros instrumentos de proteção e promoção do patrimônio, que não somente o tombamento. "O novo texto é fruto de uma discussão contínua dentro da diretoria com participação de outros técnicos do Iepha a partir da percepção cotidiana de carências ao analisarmos o benefício. Somaram-se também importantes acréscimos do próprio Conselho. É a oitava deliberação desde a criação do ICMS (em 1995) e acredito que a cada revisão estamos sempre aprimorando os critérios para o repasse", aponta.

Este ano, 691 municípios encaminharam documentação – que ainda está sob análise – para pontuação no ICMS Patrimônio Cultural. Esse número representa um aumento de 651% em relação aos 106 participantes do primeiro ano (1996). Só para se ter uma idéia, os 645 municípios que pontuaram no ano anterior receberam um repasse total de cerca de R\$ 48 milhões.

Minas Gerais foi o primeiro estado a adotar uma lei estadual que estabelece políticas de proteção aos bens culturais locais, usando recursos do ICMS. Premiada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 2002, a Lei estadual nº 12.040 (atual 13.803/2000) também foi reconhecida pelo Fundo das Nações Unidas para a Criança e o Adolescente (Unicef) como o melhor programa de distribuição de renda do Brasil.



Guardiã da história da arte brasileira



Foto: Gabriela Barreto

Quando se fala em barroco ou rococó, imediatamente o nome de referência que surge é o da mineira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira.

Como ninguém, ela conhece as características e segredos desses estilos. Ex-funcionária do Iphan, nos anos de 1970, hoje radicada no Rio de Janeiro, Myriam fala ao **Bem Informado** um pouco de sua trajetória e sobre os estilos artísticos que marcaram a religiosidade mineira do século XVIII, é claro.

A senhora fez parte do Iphan/MG ainda em seu nascimento, na década de 70. Como avalia aquele momento e o atual, no tocante à preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais?

O Iphan /MG foi meu primeiro emprego, quando voltei da Bélgica, onde passei sete anos estudando História e História da Arte, entre 1965 e 1972. Estudei na Universidade de Louvain, onde tive a sorte de conhecer Rodrigo Melo Franco de Andrade, que me orientou para o trabalho na área de Patrimônio.

Fui contratada pelo Iphan em 1973, época em que o Instituto dirigia a segunda grande restauração de Congonhas (a primeira foi feita pelo Iphan nos anos 50). Isso porque minha tese de mestrado havia sido sobre os Passos de Congonhas e eu tinha uma série de sugestões de mudanças de posição das esculturas nas capelas, que pude então realizar.

Deixei o Iphan em 1975 para trabalhar na Fundação João Pinheiro, no Projeto Ouro Preto/Mariana, e voltei para montar o Museu Mineiro e assumir a Superintendência de Museus e Acervos que estava sendo criada. Como se vê, tudo estava nos primórdios. Há um extenso caminho andado entre este momento e o atual.

Como se deu sua ida para o Rio de Janeiro?

Em 1983 fui contratada pelo Iphan com a tarefa específica de montar o Inventário de Bens Móveis e Integrados (IBMI). Na hora de assinar o contrato, tive a surpresa de constatar que minha lotação era no Rio de

Janeiro, e não em Minas como havia solicitado. Consegui permanecer ainda três anos na regional do Iphan em Belo Horizonte, com a desculpa de implantar um projeto piloto em Minas Gerais, mas acabei tendo mesmo de me mudar para o Rio de Janeiro - o que na época foi um grande transtorno, porque minha família continuou morando em Minas e ainda tive que conseguir a transferência da UFMG para a UFRJ, o que não foi fácil.

Seu nome é indissociável ao barroco e ao rococó. A experiência de ter mapeado as origens da arte mineira, nessas duas manifestações, com oportunidade de estudar com profundidade no Brasil e na Europa, estabelece uma clara manifestação de intercâmbio e troca cultural?

Sem dúvida. Tanto o barroco quanto o rococó são estilos da arte europeia que conheceram expansão internacional - o barroco a partir da Itália e o rococó a partir da França e da Europa Central em sua versão religiosa. Ambos foram aclimatados em Portugal antes de serem exportados para o Brasil, juntamente com outras formas culturais na literatura, na música, no folclore, na dança etc.

A oportunidade de ter estudado esses estilos na Europa e depois participar de uma série de levantamentos de campo em Minas Gerais e no Brasil foi sem dúvida fundamental. Mas levei muitos anos para conseguir estabelecer uma síntese, distinguindo o que veio da Europa e o que foi elaborado localmente. Por exemplo, ao oposto do barroco, o rococó, arte libertária da época do Iluminismo, não tem modelos fixos. Assim os

retábulos e pinturas de forros do Aleijadinho e do Athayde, por exemplo, não têm modelos precisos em Portugal.

Podemos falar de um barroco mineiro? Quais são as particularidades de Minas?

A expressão barroco mineiro foi cunhada, ao que parece, por Lourival Gomes Machado, em meados do século XX, para designar as expressões mais características da arte da região de Minas Gerais no século XVIII, incluindo a obra do Aleijadinho. Era carregada de nacionalismo, como era a historiografia artística da época, tendo em vista a influência do movimento modernista. Passei muitos anos tentando demonstrar que muitas características apontadas como próprias do “barroco mineiro” pertenciam na realidade ao rococó, com manifestações também em outras regiões brasileiras.

A prática devocional das comunidades e a forma como as pessoas se relacionam com a imaginária e os símbolos litúrgicos mudou muito ao longo dos anos. Talvez hoje as comunidades de Minas já não consigam usufruir tanto de seu patrimônio religioso, devido à perda de significado de muitas imagens, iconografias e ritos. Como avalia essa situação?

É verdade que houve perda significativa do sentido religioso nas comunidades das cidades históricas de Minas Gerais, fenômeno abrangente, aliás, pois ocorre em todo o Brasil. Antigamente, eu não precisava explicar aos alunos a significação e uso de um retábulo, púlpito, imagem etc. Por outro lado, a recuperação da função destes símbolos é tarefa da história, da história da cultura em geral e da história da arte em particular. O cristianismo foi a base de nossa formação cultural e, nesse sentido, ultrapassa largamente o campo religioso propriamente dito. As comunidades encontram nestes símbolos uma marca de identidade, como pude verificar recentemente, participando do cerimonial da Semana Santa, em São João del Rei.

Acrescente-se ainda que as religiões estão voltando no século XXI, como havia previsto André Malraux, a quem pertence a frase tantas vezes citada: Le siècle XXI sera religieux ou il ne sera pas (O século XXI será religioso ou não existirá).

Desde o IBMI até os dias atuais, a senhora percebe alguma diferença na visibilidade creditada aos bens móveis com relação, por exemplo, a importância dada às Igrejas ou outros imóveis históricos?

Sem dúvida, os Inventários de Bens Móveis e Integrados colocam em evidência a importância fundamental deste patrimônio com relação à arquitetura dos edifícios. Eu me lembro de minha luta no Iepha, e depois no Iphan, para priorizar a restauração da talha e dos forros pintados nos projetos de restauração das igrejas. Nunca sobrava dinheiro para estes trabalhos mais específicos. É bom lembrar que a história da arte no Brasil

era escrita por arquitetos, por não existirem cursos de história da arte nas universidades brasileiras. Daí a importância dada à arquitetura e o relativo desconhecimento de outros aspectos como talha, pintura e imaginária.

Durante o inventário, como é o trabalho de atribuição e confirmação de autoria a partir de detalhes, uma vez que toda obra é carregada, além dos traços de seu autor, de uma infinidade de influências artísticas?

A identificação e análise das obras de arte, levando às datações e atribuições, são tarefas específicas do historiador da arte, que possui o instrumental metodológico para tal (análise técnica, formal, estilística, iconográfica etc.). Tudo evidentemente baseado na pesquisa histórica, já que história da arte é também história. Mas, além disso, é também necessário o treinamento do olhar e isso leva muito tempo.

Qual é, na sua opinião, a importância dos inventários e qual o papel das comunidades na preservação do patrimônio histórico?

Os inventários são fundamentais na preservação do patrimônio histórico, porque só eles permitem, em última análise, a identificação das peças do acervo móvel de um monumento e sua eventual recuperação em caso de roubo ou alienação ilícita. Entretanto, o papel das comunidades é, sem dúvida, da maior importância, já que elas são as principais guardiãs de seus bens culturais. Nunca mais vou me esquecer de uma viagem que fiz com o dr. José Mindlin, em que tivemos a surpresa de encontrar as imagens de uma igreja matriz, cuja segurança era precária no momento, carinhosamente guardadas na casa de particulares. Posso dar outro exemplo em Vigia (Pará), onde fui localizar o Senhor Morto da matriz local guardado na casa da zeladora, onde ocupava a cama vizinha no quarto de sua filha, com direito a colcha e lençol bordado.

Uma das grandes mudanças na gestão do patrimônio cultural em Minas Gerais decorre do incentivo à criação de conselhos municipais para a salvaguarda de seus bens culturais. A senhora percebe a ação desses conselhos?

Os conselhos municipais são fundamentais para a salvaguarda dos bens culturais. Entretanto, sua ação não exime o Iepha e o Iphan de suas responsabilidades, pois muitas vezes esses conselhos não têm o distanciamento necessário para fazer face às pressões políticas locais. Minha experiência no Conselho Consultivo do Iphan tem demonstrado este tipo de ocorrência em diversas regiões do Brasil.

Se a senhora tivesse de escolher apenas uma obra de arte ou arquitetura em Minas Gerais qual seria essa escolha e por quê?

Seria evidentemente o Santuário de Congonhas, por razões óbvias no meu caso, que passei cerca de 30 anos de minha vida estudando o tema.

PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

O Pequeno Olhar desta edição integra os anjinhos confeccionados em mármore pelo escultor João Amadeu Mucchiut, que estão na base do segundo altar do lado da epístola, atribuído à Santa Terezinha, na Igreja de Lourdes, em Belo Horizonte. O austríaco Mucchiut nasceu em 1878, estudou na Itália e faleceu em Belo Horizonte, em 1938. Na capital mineira, suas obras são encontradas na Basílica de Lourdes, no altar-mor, nas laterais da Igreja de São José e em diversos túmulos no Cemitério do Bonfim; com destaque para as esculturas de seu próprio mausoléu.

A atual construção da Igreja de Lourdes substituiu uma antiga capelinha existente na Rua Aimorés. Financiada por doações de paroquianos e políticos ilustres de Minas, foi erguida em terreno doado pelo governo do estado. Construída entre 1916 e 1923 foi idealizada pelo missionário Clarentino Echarri, com base no projeto original destinado a uma igreja de Córdoba, Argentina.

O projeto arquitetônico inicial no estilo gótico puro sofreu adaptações durante a construção, mas ainda assim foi mantida a predominância do estilo. Ornamentada por Alfredo e João Morandi, com estátuas de João Amadeu Mucchiut, a igreja foi elevada à categoria de basílica no ano de 1958, pelo Papa Pio XII.



BLOCO DE NOTAS

| Cerca de mil ações propostas para a Jornada

A Jornada Mineira do Patrimônio, que vai acontecer em setembro, promovida pela Secretaria de Estado de Cultura e organizada pelo Iepha, teve ótima receptividade no segmento cultural. Cerca de 500 municípios e instituições encaminharam em torno de 1.200 propostas culturais. “Ficamos satisfeitos e surpresos com a quantidade de adesões e o melhor é que grande parte dos municípios e instituições não se restringiu a somente um evento”, revela Maria Marta Martins de Araújo, vice-presidente do Iepha. Os municípios que aderiram à Jornada receberão pontuação no ICMS Cultural exercício 2011 (leia mais sobre ICMS na pág. 05).

A programação, que está em processo final de organização, estará repleta de exposições, seminários, cursos e oficinas, edição de livros e outras publicações, festivais de gastronomia e arte, bem como ações educativas destinadas a diferentes públicos e faixas etárias. Em breve, a programação completa – separada por região e município – estará disponível no site www.jornada.mg.gov.br, que entra no ar nas próximas semanas.

| Conep Online

Já está no ar o site do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep), hospedado no novo Portal Conselhos MG, lançado no último dia 25 de junho. Além de material informativo sobre o Conselho, suas atribuições e composição, o site traz seções como agenda e notícias. Também estão disponíveis publicações como atas e deliberações, além da lista de bens sob proteção do Estado.

O endereço é: www.conselhos.mg.gov.br/conep

| Errata

O artigo Feitiçaria e catolicismo: a ambigüidade das heranças e o sincretismo na Festa de Nossa Senhora do Rosário, do analista Roberto de Moura Fonseca, publicado na edição nº 19 (abril de 2009) circulou sem uma nota bibliográfica. As palavras de Mestre Dunga, citadas, foram reproduzidas da página 161 do livro Festa do Rosário: iconografia e poética de um rito, de autoria da pesquisadora Patrícia Brandão Couto.

| Tombamento definitivo

Foi aprovado pelo Conep, no dia 30 de junho, o tombamento estadual da Casa JK, em Belo Horizonte. A aprovação garantiu proteção definitiva ao bem, que já tinha tombamento provisório pelo Iepha/MG desde 2004.

Construído em 1943, com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer e paisagismo de Burle Marx, o imóvel, na Pampulha, tem enorme importância cultural - por testemunhar hábitos de uma época passada - e arquitetônica - por ser exemplar do inovador estilo modernista residencial com traços da arquitetura colonial mineira. Bens integrados à casa - um painel de Volpi sobre azulejos e um mural em pastilhas de Paulo Werneck - enriquecem o valor artístico do imóvel.

Destinada pela Prefeitura de Belo Horizonte a novo uso cultural, a Casa JK em breve deve se transformar em museu. Para isso, ações de recuperação e readequação de espaços estão sendo desenvolvidas no local, contando com acompanhamento técnico do Iepha/MG.

Mercado Municipal de Uberlândia abre espaço para a cultura



Arquivo Prefeitura de Uberlândia

Em maio, os moradores de Uberlândia ganharam um novo espaço para promoção da cultura: o Mercado Municipal (ou Mercado Velho, como ainda é conhecido pela população), passou por ampla restauração e agora abriga o Espaço Cultural do Mercado Municipal.

A construção do mercado foi estabelecida em 1923 por decreto municipal, mas o prédio só foi inaugurado em 25 de dezembro de 1944, como o primeiro entreposto comercial da cidade. Originalmente construído para abrigar lojas, sanitários e bares no corpo central, a banda municipal no pavimento superior e o comércio atacadista de produtos hortifrutigranjeiros, o mercado cumpriu sua função até 1977, quando o Ceasa assumiu suas atividades.

No final da década de 1930, fazia parte dos hábitos e costumes da população da cidade o comércio ambulante, feito por chacareiros que colocavam sobre os ombros as gamelas ou empurravam os carrinhos de mão com frutas e verduras, e pão e leite colocados sobre os muros das residências. Hoje, além das atividades comerciais com frutas, verduras e produtos artesanais, os frequentadores do mercado também consomem cultura e arte.

Com uma área superior a 2.400 m², o local passa a contar com uma variedade de serviços e produtos, como uma chopperia, um café, lojas de artesanato, móveis rústicos, produtos rurais e uma galeria de arte, um teatro de bolso e um grande terraço que abrigará oficinas, exposições e apresentações artísticas. "A ideia é

torná-lo um ponto de encontro de artistas e da comunidade. O mercado já é uma referência na cidade, mas não era bem aproveitado", explica Mônica Debs, secretária municipal de Cultura.

Os novos espaços têm recebido visitas de grupos de alunos que vão conhecer um pouco das atividades desenvolvidas e a importância da construção e de sua preservação. A iniciativa faz parte de um trabalho de educação patrimonial, facilitando a compreensão de como eram realizadas as trocas comerciais no passado, o transporte de mercadorias através dos carros de bois, carroças e o que representou para Uberlândia a construção do mercado para a centralização das atividades comerciais.

| Tintas escondiam obras de arte

Durante os trabalhos de reforma do mercado, foram encontrados cinco painéis do artista plástico Geraldo Queiroz, que datam da década de 1950. As obras foram descobertas por especialistas embaixo de cartazes, massa corrida e várias camadas de tinta. Hoje, as pinturas estão restauradas e expostas na fachada do prédio.

Queiroz foi um dos percussores da arte em Uberlândia, deixando sua marca pela arquitetura da cidade. Além de pinturas, produziu afrescos e desenhos de vitrais para vários prédios e residências na primeira metade do século passado. Pintor autodidata morreu aos 42 anos, em 1958.



Estratégias de vigilância do patrimônio cultural mineiro

Angela Dolabela Cãnfora – Gerente de Identificação do Iepha/MG*

A restituição dos “anjos” putti à Igreja de Santa Luzia - por força de denúncia da Associação de Moradores, que identificou as imagens que seriam leiloadas no Rio de Janeiro, em agosto de 2003 - foi um marco como ação de vigilância e recuperação de bens de devoção retirados de suas comunidades.

Um Grupo de Trabalho dos diferentes setores do Iepha/MG foi formado e ficou responsável por elaborar o Programa de Apoio à Identificação e Restituição de Bens Culturais Desaparecidos, apresentado em abril desse ano.

O programa tem por objetivo localizar e restituir ao local de procedência o patrimônio cultural mineiro que tenha sido objeto de apropriação indevida, roubo, furto, tráfico ilícito ou exportação, causando danos à coletividade. Outra meta é reduzir, inibir e impedir a subtração de bens culturais de Minas.

Medidas preventivas e de segurança, o atendimento a denúncias e o incentivo ao público detentor da expectativa de recuperação desses bens a informar a ocorrência aos órgãos de preservação, mesmo que tenham desaparecido há mais de uma década, estão entre as ações previstas pelo Programa.

Além disso, há também ações de recuperação, tal como o Cadastro de Bens Culturais Desaparecidos, que possui aproximadamente 500 bens disponíveis para consulta, e o mesmo número de bens apreendidos por aquisição irregular, cujas características correspondem, em sua maioria, a peças de devoção coletiva, possivelmente pertencentes a igrejas mineiras, que dependem da identificação dos locais de procedência para o seu retorno.

Outro instrumento de proteção e vigilância importante na prevenção é o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC/MG – de bens móveis e integrados, que reúne informações descritivas e do estado de conservação e permite a identificação de bens culturais procurados.

Há recomendações em relação ao comércio de obras sem prejuízo do patrimônio cultural de comunidades religiosas. A compra de obras de arte é livre, mas é preciso tomar algumas precauções. Isto porque uma obra de arte, que tenha sido objeto de venda ou apropriação indevida, pode ser confundida com um patrimônio cultural de valor inestimável para uma coletividade.



▲ Técnicos do Iepha cadastram de bens culturais móveis do patrimônio mineiro

Por isso, é importante:

♦Encaminhar fotos do objeto comercializado ao Iphan e ao Iepha para verificar se o mesmo consta dos cadastros de bens culturais desaparecidos ou do inventário de bens culturais móveis e integrados;

♦Verificar a procedência e documentação de aquisição anterior, tal como recibo de compra e venda;

♦Verificar a autoria. Objetos atribuídos ao período do barroco, porém datados de 1910, podem ter sido feitos por artista ou artesão à semelhança de obras originais. Obras do barroco são mais antigas e têm características particulares: materiais, estilísticas e iconográficas. Quando se atribui uma obra ao período barroco, sendo que ela foi feita no século XX, pode ser que esteja havendo uma sobrevalorização financeira no valor da obra;

♦Verificar se o negociante de antiguidades é cadastrado no Iphan, o que é obrigatório.

♦Atenção ao cadastro obrigatório de negociantes de antiguidades no IPHAN

Em caso de ocorrência de desaparecimento (roubo, furto, comércio indevido) recente ou não, recomenda-se enviar as seguintes informações, se existentes:

1. Denominação da peça;
2. Nome do município de procedência (local de desaparecimento);
3. Qualquer item que possa servir para identificação e indicador de procedência: foto antiga de celebrações, de recordação de família ou outras situações em que as características da peça sejam visíveis;
4. Dimensões, mesmo que aproximadas;
5. Boletim de Ocorrência (BO);
6. Contato da pessoa que informa a ocorrência, se não for anônima.

As informações podem ser enviadas pelo faleconosco@iepha.mg.gov.br ou para o endereço do Iepha/MG (veja no expediente, Pg 2) ou ainda, ao Iphan: (31) 32222440 ou 32222945.



▲ Imagem de N. S. do Rosário do município de Cláudio, roubada em 2008

Fazenda Boa Esperança - Belo Vale

A Fazenda Boa Esperança, no município de Belo Vale, possui um valor singular para a reflexão sobre a história das políticas de patrimônio histórico.

Tendo pertencido ao Barão do Paraopeba, importante figura política da então Província de Minas Gerais, a fazenda pertence, desde a década de 70, ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha/MG) que, logo depois da aquisição, efetuou o tombamento do Conjunto paisagístico, artístico e histórico da Fazenda da Boa Esperança.

Uma das mais antigas fazendas do Brasil Império, a edificação foi construída com influências arquitetônicas do Norte de Portugal. Uma obra-prima é a pequena capela localizada à esquerda da varanda de entrada da sede. Nela estão belos trabalhos atribuídos ao Mestre Athayde. Também chamam atenção as ruínas da antiga senzala, próximas ao casarão.

A sede da fazenda foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje Iphan), ainda nos anos de 1950, com pareceres de ninguém menos do que o arquiteto Lúcio Costa, o historiador Salomão de Vasconcelos e o escritor Carlos Drummond de Andrade. A inscrição no seu Livro de Tombo de Belas Artes é de 27 de agosto de 1959 e a justificativa do tombamento remetia-se sobretudo ao valor “dos trabalhos de talha dourada e valiosíssimos painéis, nos tetos e nas paredes laterais” presentes na sua pequena capela e atribuídos ao artista Manoel da Costa Ataíde (Citação retirada do Parecer de Tombamento da Fazenda Boa Esperança, de 1 de julho de 1974).

Tratava-se, portanto, de um tombamento diverso ao feito pelo Iepha posteriormente (em fevereiro de 1975), que considerava o Conjunto paisagístico, artístico e histórico da Fazenda da Boa Esperança. Nas



▲ Detalhe de pintura parietal na capela atribuída ao Mestre Ataíde

palavras do então diretor do Instituto, Luciano Amedée Peret o tombamento abrangia “não só a sede, mas também todos os seus anexos e suas terras, onde há pequenas matas, cursos d’água e cachoeiras, procurando assim manter o seu aspecto paisagístico, além de conservar suas condições ecológicas” (Estado de Minas, 1º de dezembro de 1974)

Uma fazenda, dois tombamentos diversos. Um deles, federal, apenas da sede, e voltado, sobretudo, para o valor artístico dos elementos presentes em sua capela. O outro tombamento, estadual, estende para outro valor: o da paisagem e da natureza.



<< Vista panorâmica do jardim interno

O retrato oficial de Aleijadinho

Vânia Leite Rocha*

O chamado ex-voto, do latim “por força de uma promessa realizada”, pode ser um quadro, pintura ou desenho, ou um objeto a que se conferiu uma intenção votiva. Misto de devoção e fé, os ex-votos são também considerados manifestações artísticas que testemunham a religiosidade de um povo. Depositados nas igrejas, capelas, em salas ou locais especiais, são como pagamento de um juramento ou agradecimento de uma graça alcançada.

A Casa dos Milagres, do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos, no município de Congonhas do Campo, é o lugar reservado aos ex-votos de seus católicos fiéis praticantes. Essas peças periodicamente são renovadas para evitar o acúmulo em espaço tão restrito para tanto. Aquelas retiradas, que comprovam valor ou curiosidade, são negociadas para colecionadores ou qualquer pessoa interessada.

Foi o que aconteceu com um retrato a óleo sobre madeira, representando um mulato bem vestido e vistoso, que se encontrava nesta Casa dos Milagres e atualmente pertence ao acervo do Museu Mineiro.

O referido quadro foi vendido em 1916 ao comerciante de Congonhas do Campo, Sr. Baerlein, proprietário da Relojoaria da Bolsa do Rio de Janeiro, como sendo um retrato do Mestre Aleijadinho. A alegação se baseou na imagem representada ao fundo do quadro, em segundo plano, que parecia idêntica a uma obra de autoria do artista - o que mais tarde foi comprovado que nada tinha a ver com o mesmo.

O Sr. Baerlein, não se sabe quando, vendeu-o ao Sr. Bastos Dias, também do Rio de Janeiro. Este, por sua vez, o transferiu para o Antiquário Esslinger, da mesma cidade, quando foi comprado pelo colecionador carioca, Guilherme Guinle. Na época, a pintura já estava acrescida de nova informação, dada pelo citado antiquário: seria provavelmente de autoria do Mestre Manuel da Costa Ataíde.

Por intermédio do mineiro Nelson Libânio, Guinle doou-o, em março de 1941, como “Retrato de Aleijadinho”, ao Arquivo Público Mineiro, instituição estadual na época responsável pela guarda do patrimônio histórico artístico cultural de Minas Gerais, até a instalação do Museu Mineiro.

Em março de 1956, o historiador Miguel Chiquiloff, descobriu-o no Arquivo Público, dando início a pesquisas, que duraram quase 20 anos, com o objetivo de provar sua autenticidade. O historiador, além de concluir de que se tratava de uma imagem do Aleijadinho, descobriu sua autoria como sendo da artista plástico Euclásio Penna Ventura.

A imprensa mineira, a par do assunto, desencadeou uma campanha no sentido de colocar a opinião pública favorável ao reconhecimento do quadro como autêntico. As matérias jornalísticas suscitaram polêmicas, discussões e constantes debates, sem um consenso entre historiadores e estudiosos da vida e obra do grande mestre do barroco mineiro.

Em 1971, o deputado Nelson Lombard apresentou à Assembléia Legislativa do Estado o projeto de lei que considerava o retrato como



↑ Pintura pertencente ao acervo no Museu Mineiro

efígie oficial de Aleijadinho. O projeto, aprovado em terceira discussão, foi enviado para sanção do então governador do Estado, Rondon Pacheco, que pediu parecer do Conselho Estadual de Cultura.

O Conselho aprovou por unanimidade o relatório do conselheiro Joaquim Ribeiro Costa, que concluiu que: “por ausência de elementos comprobatórios não poder fazer qualquer pronunciamento oficial sobre a autenticidade ou não do quadro de que trata o projeto”.

De conformidade com os termos do parecer do Conselho, o governador vetou o projeto. A Assembléia Legislativa do Estado derrubou o veto governamental e aprovou a Lei nº5.984, de 12 de setembro de 1972, reconhecendo o retrato como efígie oficial e única de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho.

*Historiadora da Gerência de Identificação do Iepha/MG